

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Lava Jato mira negócio entre Petrobrás e BTG	2
Título: Maia quer usar R\$ 1 bi de fundo da Lava Jato	3
Título: Concorrência ou anarquia.....	3
Título: Apesar da queda do minério de ferro, analistas mantêm otimismo com Vale	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Maia quer usar verba de fundo da Petrobras contra queimadas.....	9
VEÍCULO: O Globo.....	11
Título: Combustível sonogado.....	11
Título: Recado ao mundo	12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/08/2019****Seção: Política****Autor:****Título: Lava Jato mira negócio entre Petrobrás e BTG**

A compra de metade da PetroAfrica – empresa de petróleo africana que pertencia à Petrobrás – pelo BTG Pactual, de André Esteves, é um dos alvos da nova fase da Lava Jato deflagrada ontem com base na delação do ex-ministro Antonio Palocci. O negócio, que ocorreu em 2013, teria dado prejuízo à estatal de R\$ 6 bilhões, segundo o Ministério Público Federal. De acordo com a força-tarefa da Lava Jato, há indícios de que ativos da PetroAfrica foram vendidos em valor "substancialmente inferior àquele que havia sido avaliado por instituições financeiras de renome no início do processo de venda".

Outros delatores da Lava Jato já haviam citado pagamento de propina a partir da venda de 50% da PetroAfrica. À época, o BTG Pactual negou que tenha comprado parte da empresa a preços abaixo do mercado. "A proposta do BTG Pactual, de US\$ 1,5 bilhão por 50% da JV, foi a mais alta e considerada justa pelo assessor financeiro contratado pela Petrobrás, Standard Chartered Bank", informou. Em nota divulgada ontem, o Ministério Público Federal afirmou que "o preço desses ativos havia sido avaliado entre US\$ 5,6 bilhões e US\$ 8,4 bilhões. Ao fim do processo, 50% desses ativos foram vendidos por US\$ 1,5 bilhão em 2013, valor esse em flagrante desproporção com aquele inicialmente avaliado".

De acordo com os procuradores da força-tarefa, "apurou-se, ainda, que esse procedimento de venda foi permeado por diversos indícios de irregularidades". Eles citaram como exemplo a restrição de concorrência com o objetivo de favorecer o banco BTG Pactual. Segundo a PF, a investigação da Operação Pentiti trata de fatos de diferentes inquéritos policiais e foi impulsionada pelo acordo de colaboração premiada do ex-ministro Antonio Palocci. O delegado Luciano Flores de Lima, superintendente do órgão no Paraná, afirmou que a nova fase da Lava Jato não investiga o banco ou sistema financeiro, mas, sim, "fatos". Os policiais federais cumpriram mandados de busca e apreensão em endereços de São Paulo e do Rio, entre eles a sede do BTG na capital fluminense. Não houve ordens de prisão.

Defesa. Em nota, o BTG disse que está à disposição das autoridades "para que tudo seja esclarecido o mais rápido possível". A advogada Sônia Cochrane Ráo, que defende Esteves, afirmou que a operação é "inexplicável e assustadora", e representa "nova medida de força adotada sem qualquer motivo, baseada na desacreditada delação de Antonio Palocci". / R.B.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/08/2019****Seção: Metrópole****Autor: Renato Onofre / BRASÍLIA****Título: Maia quer usar R\$ 1 bi de fundo da Lava Jato**

Diante do acirramento da crise envolvendo a Amazônia, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para usar R\$ 1 bilhão recuperado pela Lava Jato para ajudar no combate aos incêndios na região. A proposta foi ironizada pelo presidente Jair Bolsonaro. A intenção de Maia é utilizar parte do dinheiro que iria para o fundo da Petrobrás – cerca de R\$ 2,5 bilhões –, criado após acordo firmado entre Ministério Público Federal do Paraná e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

O valor corresponde à multa que a estatal deveria pagar aos americanos, mas que, após a negociação, foi revertido para ações no País. Originalmente, o acordo previa o seu uso em ações de combate à corrupção no País. Pela manhã, Bolsonaro ironizou a intenção de Maia. "Quero perguntar a vocês, é verdade que o Rodrigo Maia falou que vai dar R\$ 2 bilhões do fundo partidário para combater incêndios? Vi uma notinha na imprensa aí." Ao BR Político, Maia respondeu à provocação presidencial: "Minha proposta é séria e efetiva, e não fake news".

"São recursos parados e poderiam entrar hoje mesmo no caixa do governo", acrescentou. O pedido ocorreu dois dias após a própria Câmara ter feito uma consulta ao STF sobre uma possível destinação do recurso para educação. O ministro do STF Alexandre de Moraes, relator do pedido, deu 48 horas para que o governo e a Procuradoria-Geral da República se manifestem. Procurada pelo Estado, a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba informou que não ia se manifestar. Maia também pretende colocar em discussão na Câmara projetos que tratem do combate ao desmatamento ilegal. / COLABOROU AMANDA PUPO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/08/2019****Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: Concorrência ou anarquia**

Discussão apaixonada de nós contra eles nunca leva a lugar algum. No programa Novo Mercado do Gás o governo tenta, com razão, acabar com o monopólio da Petrobrás e abrir espaço para nova concorrência. De forma equivocada, fala em

quebrar o monopólio natural das distribuidoras de gás estaduais e traz a reboque o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), mas parece não entender que o GLP não é gás natural. No mercado de gás natural, com o fim do monopólio da Petrobrás teremos players importantes, pois não há espaço para free riders, agentes que jogam com os ativos de outros.

Já no mercado do GLP existem quase 20 distribuidoras e qualquer um pode entrar no mercado, bastando fazer os investimentos necessários para jogar o mesmo jogo dos demais. Mudar a regulação acabando com a marca fará com que tenhamos do dia para a noite umas 200 distribuidoras, como ocorreu com os combustíveis no governo Collor, causando concorrência desleal, sem queda de preços e gerando insegurança para os consumidores. É preciso analisar este trade-off.

Não existe impeditivo, mas parece que o governo pensa – influenciado pelas promessas dos que não têm capacidade de investir no sistema de garantias ao consumidor – que permitir matar sistemas e manutenção dos botijões e de rastreabilidade de responsabilidade pode aumentar a concorrência. O governo não tem uma máquina de fiscalização para tomar conta e identificar os fraudadores – sabemos que no mercado atual já não se consegue evitar o transporte e a venda de botijões em pontos de venda informais e clandestinos. O Estado – entendido aqui por todos os elementos, de prefeituras ao governo federal – não consegue impedir que vendas de GLP caiam sob controle de milícias e traficantes. Por que não atacar esses minimonopólios?

Ali, nessas comunidades carentes, se paga mais caro por este e outros produtos e as garantias são escassas. Estes serão incentivados a envasar GLP nos cilindros? O governo está incluindo nas suas contas o custo da bagunça, da anarquia e o custo de aumentar sua capacidade de fiscalização? Claro que não. Se o fizer, arquiva o palpite infeliz, seja o de encher botijões fracionados ou o da venda direta de etanol e, mesmo, a venda de transportadores revendedores retalhistas (TRRs) direto em postos revendedores. A presença da marca na comercialização de GLP representa, de um lado, o comprometimento das empresas com o produto fornecido e, de outro, uma proteção ao consumidor, que assim identifica os responsáveis pelo produto. Ou seja, a marca no botijão significa obrigação com os consumidores. E neste debate os consumidores têm sido colocados à margem.

É hora de ter uma Análise de Impacto Regulatória (AIR) feita na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), começando pela elaboração do problema a ser superado, e parar com o "eu acho" versus "eu não acho". Esse tipo de debate só aumenta a polarização e tira o foco técnico. O Fla x Flu não é adequado à gravidade do tema. Claro que é possível encher botijão fracionado. Mas não seriam os que circulam no mercado atual. Por

serem embalagens pré-medidas, exigiriam outros botijões, novos, equipados adequadamente, mais caros que os atuais, com mais válvulas de segurança, e os locais não seriam na porta do consumidor. Portanto, as perguntas de uma AIR seriam: que problema queremos superar, como e qual o resultado para a sociedade? Quanto se paga? Quanto se passaria a pagar? Sempre considerando todos os custos estruturais envolvidos. As propostas, da forma como estão colocadas sobre a mesa, têm potencial de gerar desordem, introduzir fraudes e riscos.

O resultado será negativo para a sociedade. No Novo Mercado de Gás, a equação principal está na abertura de possibilidade de múltiplos fornecedores para as distribuidoras, o que trará nova dinâmica concorrencial ao setor. Já no caso do GLP, destruir um sistema virtuoso, para experimentar algo imprevisível, não parece ser o caminho certo para um produto de alta relevância social e de manuseio perigoso. Queremos mercados concorrenciais ou anárquicos? É sempre bom lembrar que a liberdade econômica é uma peça mestre, mas não é a única, da doutrina liberal.

É DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Renato Carvalho

Título: Apesar da queda do minério de ferro, analistas mantêm otimismo com Vale

broadcast de olho nas ações

Os analistas continuam otimistas com a situação da Vale para este segundo semestre, mesmo com as quedas recentes do minério de ferro. Depois de bater o patamar de US\$ 120 a tonelada na China em julho, no decorrer de agosto o insumo recuou para a casa dos US\$ 80, principalmente por conta da tensão comercial entre Estados Unidos e China. Mesmo assim, os profissionais do mercado financeiro afirmam que a situação ainda é favorável, se considerado o cenário em 2018, e também a perspectiva de normalização das operações da Vale após o rompimento da barragem em Brumadinho (MG). Pedro Galdi, da Mirae Asset, lembra que o desastre em Brumadinho retirou 30 milhões de toneladas da produção de minério da Vale, e contribuiu para a rápida valorização nos mercados internacionais.

Além disso, problemas climáticos na Austrália também tiveram relevância nesse cenário. "A partir de julho, quando atingiu o pico de US\$ 122, o preço do

minério foi mostrando redução gradativa, que se ampliou recentemente", explica o analista. Mesmo com a redução da demanda mundial e o aumento dos níveis de estoque pela China, Galdi acredita que o preço do minério continue girando entre US\$ 80 e US\$ 90 a tonelada neste segundo semestre e ao longo de 2020. "Então o resultado das mineradoras continuará sendo favorecido pelo momento de bons preços. Seguimos otimistas com os resultados da Vale e CSN". A analista da Coinvalores, Sabrina Cassiano, tem opinião parecida sobre o cenário atual.

Ela lembra que o minério de ferro estava próximo de US\$ 70 ao final de 2018, e por isso, o preço atual ainda é atrativo para a Vale. Ela projeta ainda a retomada gradual da produção pela mineradora e a maior participação de minério premium nas vendas totais. "Os custos, impactados pela tragédia de Brumadinho, também devem ir se normalizando ao longo dos próximos resultados. A geração de caixa vai continuar consistente e entre os destaques do balanço da Vale", destaca. André Ferreira, analista da My- Cap, tem uma visão mais cautelosa sobre a situação da Vale. Ele afirma que a tendência é que a oferta de minério de ferro fique cada vez maior em relação à demanda, elevando os estoques.

"Nesse contexto, as mineradoras são obrigadas a reavaliar os seus níveis de produção e preços", explica. Para ele, a Vale terá dificuldades para atingir suas expectativas para o terceiro trimestre, e deve mudar as perspectivas para o restante do ano, principalmente se houver um acirramento do conflito comercial entre EUA e China, e uma desaceleração da economia mundial. Em relação às recomendações, foram feitas poucas alterações para a próxima semana. A Guide Investimentos trocou BRF ON por Engie ON. A equipe da corretora ressalta que a companhia tem uma das melhores administrações do setor elétrico e está bem posicionada contra o risco hídrico e tem boa perspectiva de fluxo de dividendos. A Terra Investimentos também fez uma mudança, retirando Petrobras PN e inserindo Fleury ON.

A Mirae fez três alterações, com as entradas de Cemig PN, Engie ON e CTEEP PN. A MyCap mudou quatro ações em sua carteira, inserindo JBS ON, Neoenergia ON, RD ON e Eztec ON. A Modalmais fez duas mudanças, colocando BR Distribuidora ON e Fleury ON.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/08/2019

Seção: Metrópole

Autor: José Fucs

Título: 'Isso de patrimônio da humanidade é uma bobagem'

Entrevista

Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente

Para Salles, cabe ao País escolher modelo de preservação da Amazônia – e ele precisa ser economicamente viável

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, está no olho do furacão que atingiu o Brasil nas últimas semanas, pela divulgação de informações sobre o aumento do desmatamento na Amazônia, e que se intensificou nos últimos dias, impulsionado pela proliferação de queimadas. Em entrevista ao Estado, Salles, de 44 anos, fala sobre a repercussão internacional dos dois fenômenos, as críticas à política do governo para a Amazônia e a proposta de conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental. Confira a seguir os principais trechos:

A questão do desmatamento na Amazônia ganhou grande repercussão nacional e internacional. Como o senhor vê as críticas à política do governo para a Amazônia?

Desde a Constituição de 1988, o Brasil seguiu uma agenda ambiental que não soube conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação. A Amazônia é muito rica em recursos naturais, mas com uma população muito pobre. São mais de 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia e a maioria vive muito mal: sem saúde, sem educação adequada, com índice de saneamento baixíssimo. Então, temos de encontrar uma forma inteligente de tratar a questão, que reconheça a importância da conservação, do cuidado ambiental, mas dê dinamismo econômico em escala e em impacto suficientes para aquela população. Não adianta falar do potencial da floresta, se as famílias que vivem lá estão na miséria.

Como o senhor avalia a repercussão que o desmatamento e as queimadas na Amazônia estão tendo no País e no exterior?

Até certo ponto é natural que, neste momento de mudança de comportamento, de discussão de atividades econômicas na Amazônia, haja essa instabilidade. Uma parte dessa repercussão se deve, sem dúvida, à desinformação. Até porque não interrompemos nada do que vinha sendo feito para justificar essa mobilização. Mas é preciso levar em conta que outra parte dessa campanha contra o Brasil vem de entidades ambientalistas, de ONGs descontentes com o fim dos recursos fartos que elas recebiam, porque estamos fechando a torneira.

Não é só o pessoal das ONGs que está criticando o governo. A revista The Economist, que é respeitada em todo o mundo, publicou recentemente uma reportagem de capa sobre o desmatamento na Amazônia.

Tem muita gente séria com entendimento incompleto ou enviesado sobre o que a gente está tentando fazer. A fórmula para lidar com esse problema é informação. Por isso, estou indo no fim de setembro com o presidente a Nova York e Washington. Logo em seguida, vou a alguns países da Europa para fazer esse esclarecimento. Vamos mostrar o que o Brasil já faz e tudo que queremos fazer. Aqueles que tiverem disposição para ouvir e debater vão mudar, em alguma medida, de opinião. Agora, há outros canais fora do Brasil e aqui que não querem ver a realidade.

O presidente da França, Emmanuel Macron, chamou as queimadas na Amazônia de "crise internacional" e disse que a questão deve ser discutida na reunião do G-7 (grupo que reúne os países ricos), que começa neste sábado. Como o senhor analisa isso?

O presidente Macron está querendo tirar dividendos políticos da situação, sobretudo no momento em que suas próprias políticas ambientais não estão sendo bem-sucedidas, em especial no que se refere ao não cumprimento das metas de redução das emissões de carbono previstas no Acordo de Paris.

Parece que há um desejo de ambientalistas do Brasil e do exterior e também de governos, especialmente na Europa, de transformar a Amazônia em "patrimônio da humanidade". O que o senhor pensa sobre essa proposta?

A Amazônia é um patrimônio brasileiro. Essa história de que pertence à humanidade é uma bobagem. Nós temos soberania sobre a Amazônia. Somos nós que temos de escolher um modelo, que tem de ser viável economicamente, de proteção da nossa floresta. Somos nós também que temos de implementá-lo. O cuidado com a Amazônia, que inspira atenção no mundo inteiro, é bem-vindo, mas a autonomia de fazer isso é da população brasileira.

O discurso em favor da regularização de atividades econômicas na Amazônia não estimula a exploração irregular da região? O governo não passa a mensagem de que está fazendo vistas grossas?

O governo não faz vista grossa. O problema é que a Amazônia é uma área correspondente a 48 países europeus. Da mesma forma que a gente vê os países europeus invadidos por imigrantes ilegais sem que eles consigam controlar isso, mesmo sendo muito mais ricos e tendo muito mais infraestrutura

e um território muito menor que o nosso, aqui você não vai conseguir controlar uma região tão grande quanto a Amazônia só na base da fiscalização e de operações de comando e de controle. Ou você identifica quais são os incentivos corretos para estruturar uma solução econômica para a Amazônia ou não vai ter operação de fiscalização que dê conta.

Diante dos acontecimentos, a impressão é de que houve um relaxamento na fiscalização no atual governo. Como está a fiscalização da Amazônia?

Em julho, o Ibama fez a maior operação de fiscalização de sua história. Foram 17 equipes simultâneas em diferentes Estados e regiões. Houve a maior quantidade de apreensão de madeira, veículos, máquinas, autos de infração. Isso mostra que não há orientação do governo, nem minha nem de ninguém dentro do Ministério do Meio Ambiente, para impedir fiscalizações. Agora, os órgãos de fiscalização ambiental em nível federal – o Ibama e o ICMBio – vêm perdendo orçamento e pessoal ano a ano. Hoje, têm apenas 50% das vagas preenchidas. É uma situação que nós herdamos. Mas a fiscalização é feita também pela Polícia Militar, por órgãos estaduais. Quando eles deixam de cumprir o seu papel também aumenta a atividade ilegal.

O presidente Jair Bolsonaro tem defendido a liberação da mineração na Amazônia, inclusive em terras indígenas. Qual a sua posição nesta questão?

Existem 850 garimpos na Amazônia, a maioria em terras indígenas. Não é o Bolsonaro que vai liberar. Aliás, os indígenas não são cooptados pelo homem branco. São eles que praticam a mineração, que ajudam muitas vezes a retirada ilegal da madeira de suas próprias terras e recebem recursos para isso. Portanto, fingir que essa realidade não existe é a pior política pública que pode haver. Se pudermos ter uma discussão madura, sensata, aberta sobre o tema, e fazer a regulamentação, a formalização dessas atividades, para poder fiscalizar de maneira efetiva, será muito melhor para a economia do País, para a geração de emprego e principalmente para a preservação do meio ambiente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/08/2019

Seção: Especial

Autor: Artur Rodrigues e Daniel Carvalho

Título: Maia quer usar verba de fundo da Petrobras contra queimadas

Presidente da Câmara reconhece situação crítica, mas diz que há exageros

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta sexta (23) que apresentará ao STF (Supremo Tribunal Federal) uma petição requisitando para educação e para a Amazônia os R\$ 2,5 bilhões depositados em janeiro pela Petrobras em uma conta vinculada à Justiça Federal, resultado de um acordo feito com a Justiça dos Estados Unidos.

A maior parte do valor seria usado para abastecer um fundo para projetos de combate à corrupção, o que foi previsto em acordo assinado com o Ministério Público Federal, num desdobramento dos compromissos assumidos com as autoridades americanas.

Maia disse que os recursos estão parados e entrariam no caixa do governo. “Minha proposta para o combate às queimadas é efetiva. Peticionarmos juntos no Supremo, pedindo os R\$ 2,5 bilhões do fundo da Petrobras para a educação e também para a Amazônia. Recursos que estão parados e entrariam hoje no caixa do governo e poderiam, inclusive, ir para os estados da região”, escreveu o presidente da Câmara nesta manhã.

Na petição, Maia aborda o aumento do número de queimadas e ressalta a preocupação da comunidade internacional sobre o tema. Ele afirma que a situação pode gerar prejuízos não só ao meio ambiente, mas também à economia brasileira, pela importância que vêm ganhando os produtos e serviços ambientalmente sustentáveis.

Maia pede que, dos R\$ 2,5 bilhões, R\$ 1,5 bilhão sejam destinados ao pagamento de despesas relacionadas ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Outros R\$ 200 milhões serviriam para descontingenciar o bloqueio orçamentário em programas de meio ambiente, e R\$ 800 milhões poderiam ser alocados em ações orçamentárias voltadas à prevenção e combate de incêndios florestais.

Auxiliares de Maia dizem que ele cogita ainda ir à Europa para conversar com parlamentares da União Europeia.

Nesta sexta, o governo francês disse que Bolsonaro mentiu ao assumir compromissos em defesa do ambiente na cúpula do G20, em junho, e que isso inviabiliza a ratificação do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, concluído no mesmo mês.

Maia já havia anunciado a criação de uma comissão externa para acompanhar o problema das queimadas que atingem a Amazônia. Ele também disse que criaria uma comissão geral para avaliar a situação e propor soluções ao governo Jair Bolsonaro (PSL).

“A gente precisa deixar claro para a comunidade internacional que não é o caminho do Brasil de trabalhar com o aumento de queimadas”, disse Maia na quinta-feira (22).

Bolsonaro chegou a ironizar a proposta de Maia ao perguntar a jornalistas se o deputado usaria dinheiro do fundo partidário para apagar incêndios.

“Hoje [sexta], depois que o presidente falou dos recursos do fundo eleitoral, eu disse a ele que os recursos são para agosto do próximo ano. Me parece distante para a calamidade que o Brasil vive hoje em relação ao tema do desmatamento”, afirmou.

“Não estou na linha de atacar o governo. Se o presidente de manhã entendeu errado, depois eu expliquei a ele no WhatsApp e acho que ele compreendeu”, completou o deputado em evento realizado na Associação dos Advogados de São Paulo.

O presidente da Câmara dos Deputados, afirmou ainda que há uma calamidade na questão do desmatamento na Amazônia, mas que ameaças europeias ao acordo com o Mercosul são desculpas para proteger as economias de países como a França.

Para ele houve uma escalada de críticas ao Brasil e que “algumas têm fundamento e outras não”. Um dos exemplos que ele citou foi a frase do presidente francês Emmanuel Macron, que chamou a Amazônia de “nossa casa”. “O que é nossa casa? A floresta amazônica no território brasileiro é dos brasileiros”, declarou.

Maia disse ainda que não vê uma agenda do Brasil que promova o desmatamento. Citou o crescimento do índice desde 2012 e afirmou que o problema não começou com o governo Bolsonaro.

O deputado carioca afirmou, no entanto, que o “discurso confuso” do governo passa informações erradas e que o “alarde” pode ser causado pela “forma como o presidente vocalize”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Combustível sonogado

A PM do Rio recebeu 380 mil litros de etanol e gasolina para abastecer sua frota de veículos —o necessário para um mês de trabalho. Os combustíveis, veja só,

foram apreendidos por auditores da Receita estadual.

Aliás, um estudo divulgado recentemente pela FGV concluiu que R\$ 7,2 bilhões de dinheiro meu, seu, nosso, deixaram de ser arrecadados em 2018 por causa de sonegação e inadimplência no setor de combustíveis

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/08/2019

Seção: Sociedade

Autor: GUSTAVO MAIA

Título: Recado ao mundo

Bolsonaro usará militares para combater incêndios e desmatamento

BRASÍLIA-Com seu governo sob crescente ameaça diplomática e comercial de países europeus e do Canadá, por conta do aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, o presidente Jair Bolsonaro fez ontem um pronunciamento em rádio e TV com tom conciliador, no qual afirmou que o Brasil se preocupa com a defesa da floresta e usará as Forças Armadas para "combater atividades ilegais" e "conter o avanço de queimadas na região".

Bolsonaro pediu também "serenidade ao tratar dessa matéria", disse que o Brasil "continuará sendo um país amigo de todos e responsável pela proteção da sua floresta amazônica" e afirmou que os incêndios florestais não podem "servir de pretexto para possíveis sanções internacionais", como as que foram aventadas por França e Irlanda, que ontem ameaçaram não ratificar o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul.

— Devido a minha formação militar e a minha trajetória como homem público, tenho profundo amor e respeito pela Amazônia. A proteção da floresta é nosso dever — declarou o presidente em sua fala, que foi gravada com antecedência na tarde de ontem e recebida com "painéis" em diversos bairros do Rio e de São Paulo.

Em meio a exaltações sobre as riquezas da floresta, o presidente se comprometeu a agir para controlar os incêndios, destacando a autorização assinada à tarde para que as Forças Armadas atuem nos nove estados da Amazônia Legal, caso sejam requisitadas pelos governadores — os de Rondônia e Roraima confirmaram ontem que aceitariam a oferta.

Publicado em edição extra do Diário Oficial de ontem, o decreto autoriza o emprego das Forças Armadas para realizar a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na Amazônia, no levantamento e combate a focos de incêndio. Os militares também devem participar de "ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais".

O decreto, que vale de hoje a 24 de setembro, estabelece ainda que os militares deverão atuar em articulação com os órgãos de segurança pública locais, coordenados pelos comandos das Forças Armadas.

Em linha com a política de seu governo, que defende a exploração econômica da Amazônia, Bolsonaro afirmou que "não bastam operações de fiscalização, comando e controle" para proteger a floresta.

— É preciso lembrar que naquela região vivem mais de 20 milhões de brasileiros, que há anos aguardam dinamismo econômico proporcional às riquezas ali existentes (...). É preciso dar oportunidade a toda essa população para que se desenvolva junto com o restante do país.

MULTA DA Petrobras

A Câmara dos Deputados pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal que parte dos recursos depositados pela Petrobras em acordo com autoridades americanas pelos prejuízos provocados pela Lava-Jato sejam investidos nos estados que sofrem com os incêndios.

A Câmara pediu que R\$ 800 milhões sejam destinados à prevenção e combate de incêndios florestais. Outros R\$ 200 milhões seriam redirecionados para um desbloqueio orçamentário do Ministério do Meio Ambiente. O R\$ 1,5 bilhão restante iria para a Educação. Em resposta à ação, o ministro Alexandre de Moraes deu prazo de 48 horas para a Procuradoria-Geral da República, a Advocacia-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Ministério da Economia se manifestarem sobre a proposta.

(Colaboraram Amanda Almeida e Carolina Brígido)

MME / ASCOM .